



41

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2010

do sultão Bahadur (mas sim recuperar o comércio centrado em Diu pelo seu valor económico!)<sup>1</sup>.

Entramos na conclusão sem conclusão alguma. A obra apresentada pouco revela sobre o estado «sitiado» dos portugueses. Na realidade além de fugir ao título da obra, Andréa Doré foge até à própria cronologia proposta: se à chegada ao Índico em 1498 os portugueses não tinham fortalezas nem se instalaram logo com estes dispositivos militares, raras vezes a autora refere 1622 como data extrema (a da queda da fortaleza de Ormuz). Ficamos assim com uma obra pobre que pouco traz aos estudos referentes à presença portuguesa na Ásia. Não abordando a perspectiva militar<sup>2</sup> ou sequer uma profunda análise política da situação, o estudo de Andréa Doré falha a diversos níveis: estrutura, enquadramento, objectividade e bibliografia. Ficamos assim à espera do estudo que abordará verdadeiramente os cercos (ou cercos específicos) às fortalezas portuguesas – uma constante estrutural da presença portuguesa na Ásia.

Roger Lee de Jesus

Mestrando em *História. Época Moderna* na Universidade de Coimbra

rogerlee.pj@gmail.com

**Maria Cristina Dias Joanaz de Melo, *Contra cheias e tempestades: consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal, 1852-1886***, Florence: European University Institute, 2010 (tese de doutoramento policopiada), 265 pp.

Maria Cristina Dias Joanaz de Melo acaba de defender no Instituto Universitário de Florença a sua tese de doutoramento que se situa no campo da história ambiental.

---

<sup>1</sup> Já em páginas anteriores, Andréa Doré se equivocara completamente sobre os cercos de Diu. Sobre o primeiro afirma que os turcos foram vencidos «pelo governador Nuno da cunha (1529-1538)» (p. 102) sendo que, efectivamente, este foi substituído nas suas funções em Setembro de 1538 pelo vice-rei D. Garcia de Noronha (acabando o cerco somente em Novembro, e sem batalha directa entre as forças turcas e as do vice-rei). Na página 103 afirma que a reconstrução da fortaleza de Diu em 1546. e da de Moçambique em data posterior, se deveu à direcção do arquitecto italiano Benedetto de Ravena, quando na realidade a obra de Diu esteve sob direcção do Mestre Francisco Pires e a de Moçambique a de Miguel de Arruda! (cf. DIAS, Pedro – *Arte de Portugal no Mundo*, Lisboa: Público, 2008, vol. 8 – *África Oriental e Golfo Pérsico*, p. 22; vol. 9 – *Índia. Urbanização e Fortificação*, p. 63).

<sup>2</sup> Onde estudos fundamentais como, por exemplo, os de Vitor Luis Gaspar Rodrigues, João Marinho dos Santos, Nuno Varela Rubim ou João da Rocha Pinto abriram novas perspectivas.

O estudo inicia-se com uma introdução na qual a autora, depois de apresentar o estado da arte da problemática que se tem desenvolvido na área da história florestal (que tem sido entendida como um sector da história da agricultura), especifica o seu objecto de estudo, dizendo-nos que o encara como um campo de *per se* onde convergem saberes provenientes de várias ciências: história, geografia, engenharia do ambiente, climatologia, hidráulica, hidrologia, sociologia do ambiente, cartografia, arquitectura e planeamento urbano.

Nesta tese, analisam-se a evolução das iniciativas, projectos e propostas legislativas bem como os obstáculos à promulgação e implementação de modelos estatais de ordenamento de águas e de florestas, no período cronológico de 1852 a 1886. A primeira data marca o início da discussão parlamentar sobre as políticas de ordenamento global de águas e florestas, na sequência da publicação do projecto de Código Florestal de 1849, assinalando a segunda a promulgação de um novo modelo jurídico-administrativo articulado de águas e de florestas para todo o território português, vertido na lei de criação das circunscrições hidráulicas (1884) e no diploma que criou os Serviços Florestais (1886).

A verificação do tempo longo que mediou entre a identificação de problemas ambientais, nomeadamente os decorrentes de cheias, e a promulgação de medidas para os controlar constituiu o ponto de partida para a investigação. O cruzamento da legislação referente aos direitos de propriedade, nomeadamente o processo de construção da propriedade perfeita ou plena, com a documentação que revelava avanços, recuos, hesitações e obstáculos na definição legislativa de um modelo de gestão de águas e florestas permitiu formular a hipótese condutora da análise: saber em que medida a materialização do conceito de propriedade privada condicionou a intervenção estatal no sentido da regulação dos usos da água e da floresta.

Em conformidade com este pressuposto, e partindo da constatação que “os trabalhos acerca de história florestal sobre o século XIX, não estendem a análise para a construção de políticas deste sector e respectivo debate político”, a autora dirigiu a sua pesquisa no sentido de integrar a variável política, do debate parlamentar e da decisão política, na criação de um modelo estatal de gestão pública do território, nomeadamente no concernente a águas e a florestas.

Para atingir este objectivo, Maria Cristina Dias Joanaz de Melo procedeu a pesquisas em seis núcleos documentais: legislação; debates parlamentares da Câmara dos Deputados e dos Pares; pareceres da secção administrativa do Conselho de Estado sobre matéria cível e crime acerca de questões de águas, florestas e divisão de propriedade; periódicos relativos a temas rurais e técnico-científicos; relatórios administrativos e de carácter técnico-científico

sobre questões geográficas; cartografia e relatórios descritivos de elementos do meio físico.

Quanto à metodologia, o qualitativo entretece-se com o quantitativo, estruturando-se a análise e a interpretação com recurso à história comparada, privilegiando-se os países que partilham com Portugal características climáticas mediterrânicas, caso de Espanha, França e Itália.

A discussão da problemática em análise estrutura-se em cinco capítulos intitulados: 1 - Política Portuguesa Oitocentista; 2 - Reconhecimento do território; 3 - Iniciativas legislativas e debate político; 4 - Implementação de políticas de superação de obstáculos à alteração do modelo de ordenamento; 5 - Portugal e a Europa: semelhanças e diferenças nas políticas de águas e florestas.

Após uma análise detalhada que se organiza nos referidos capítulos da obra, a investigadora testa a validade da hipótese condutora do trabalho: a contradição entre o processo de construção da propriedade privada e a imposição de um modelo público de gestão de recursos, fenómeno verificado em Portugal e nos países que foram convocados para a análise comparativa. Em suma, a autora conclui que os interesses do sector agro-pecuário com “representação parlamentar significativa” até finais de oitocentos atrasaram a aprovação de um modelo público de ordenamento de águas e florestas. A sensibilização para a feitura deste modelo só viria a impor-se quando o problema hidrológico e de escassez de floresta se tornou uma questão sanitária. Por sua vez, a reforma eleitoral de 1878, que introduziu o regime de sufrágio universal, mais alargado do que o censitário, viria a criar as condições para a eleição de engenheiros para a Câmara dos Deputados e dos Pares. A renovação da classe política traduziu-se num acrescido impacto político de pareceres científicos e técnicos que viriam a viabilizar iniciativas legislativas em matéria de questões ambientais cuja implementação implicava limitação de direitos de propriedade particular e comunal.

Numa investigação cientificamente conduzida parte-se sempre de problemas, que se esclarecem na medida do possível ao longo da pesquisa, e termina-se com a formulação de outros. No caso vertente, a autora conclui que “um contributo suplementar a este estudo seria efectuado por meio da análise sistemática sobre uma eventual existência de correlações directas entre os regimes eleitorais, censitário e de sufrágio universal, no processo de bloqueamento ou promoção de políticas de ordenamento estatal sobre a globalidade dos territórios nacionais, tanto em Portugal como em Espanha, França e Itália”. Tema que fica em aberto. Este estudo permite, entretanto, concluir que a problemática da gestão dos recursos requer, para além da análise das questões ecológicas, técnicas e financeiras, o estudo dos processos de tomada de decisão política.

*Contra cheias e tempestades* é uma obra inspiradora para os investigadores empenhados no estudo das questões ambientais, em particular das águas e florestas, convocando ainda uma reflexão sobre problemas de grande actualidade.

Margarida Sobral Neto

Prof. Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt

**Miguel Ángel Ladero Quesada, *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su Estudio*, Madrid, Dykinson, 2010, 152 pp.**

*Ciudades de la España Medieval* apresenta-se como um estudo de síntese do mundo urbano, tratando todos os aspectos que a caracterizavam e definiam. Sem entrar em demasiados pormenores – o próprio subtítulo assim o esclarece – Miguel Ángel Ladero Quesada empreende a tarefa de, em aproximadamente 125 páginas, abordar todos os elementos essenciais da cidade medieval de forma brilhante e esclarecedora, sem descurar qualquer dos aspectos que se compromete analisar. Tratando-se de uma introdução ao estudo das cidades, a obra apresenta-se como ponto de partida (e não só) de qualquer estudo de história urbana medieval, desde os que se dedicam às suas características físicas até àqueles que se centram num dos seus aspectos e poderes nela implantados.

A obra inicia-se com uma introdução a que importa fazer menção, pela riqueza dos conteúdos. Nela o autor destaca a importância das cidades na Europa Ocidental e as fases de evolução urbana na Península Ibérica. Não obstante a importância destes elementos, devemos salientar que é na introdução que Ladero Quesada define o espaço geográfico indicado no título, ou seja, a “Espanña Medieval”, indicando que será considerada “a España en su realidad histórica medieval, de mediados del siglo XI a comienzos del XVI, independientemente de las divisiones políticas entre países cristianos, (...) aunque prestando atención a las singularidades de unos y otros” (p. 9). De facto, este é um aspecto que sobressai ao longo de todo o livro, onde nos apercebemos das constantes referências aos diferentes reinos ibéricos medievais. Naturalmente, entre eles conta-se Portugal, do qual o autor retira exemplos das cidades mais importantes (Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Braga,...) para ilustrar a especificidade ou semelhança do nosso país em relação aos restantes.

De modo a responder às necessidades exigidas pelos conteúdos a tratar, a obra foi dividida em oito capítulos, cada um dedicado a um dos elementos característicos da cidade medieval, a saber: regiões e cidades, paisagens urbanas,